PORTARIA Nº 31.217, DE 27 DE JUNHO DE 2016.

DESIGNAR o servidor **HARLEN JORGE SOUZA NASCIMENTO**, Técnico Auxiliar de Controle Externo, matrícula nº 0100078, para exercer em substituição o cargo em comissão de Diretor de Logística e Patrimônio, durante o impedimento do titular, NELSON MESQUITA DE ARAÚJO, no período de 18-07 a 01-08-2016.

Protocolo 979522

PORTARIA Nº 31.218, DE 28 DE JUNHO DE 2016.

DESIGNAR o servidor **RAIMUNDO RODRIGUES ROSA NETO**, Auditor de Controle Externo - Ciências Contábeis, matrícula nº 0101202; para exercer em substituição a função gratificada de Controlador da 5ª CCG, durante o impedimento do titular, RAFAEL LAREDO MENDONÇA, no período de 04 a 18-07-2016.

Protocolo 979528

ERRATA**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARÁ
ERRATA**

Nº Contrato: 09/2016

Contratada: G. L. BOSSA PINHEIRO INFORMÁTICA - ME.

Nº Publicação DOE: 33157 de 28/06/2016

Incluir o Valor do Contrato: R\$ 900.000,00

Ordenador Responsável: Luis da Cunha Teixeira

Protocolo 979286

PORTARIA Nº 31.215, DE 24 DE JUNHO DE 2016.

O Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições, em especial as constantes do art. 15, inciso XXXVI do Regimento Interno;

CONSIDERANDO, ainda, a responsabilidade desta Corte de Contas em racionalizar suas despesas administrativas, sem que isso implique em qualquer prejuízo para o atendimento aos jurisdicionados e, também, ao andamento regular dos trabalhos imprescindíveis para o cumprimento da sua missão Constitucional;

R E S O L V E:

Art. 1º. O funcionamento do Protocolo do Tribunal de Contas do Estado do Pará, durante o mês de julho do corrente ano, será de 2ª a 4ª-feira, de 8h às 15h e, 5ª-feira de 8h às 14h.

Art. 2º. Os prazos regimentais que se encerrarem às sextas-feiras do mês de julho ficam suspensos e automaticamente prorrogados para a segunda-feira seguinte;

Art. 3º. Estas normas entram em vigor na data da sua publicação.

Protocolo 979516

Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, em Sessões dos dias 10 e 31/05 e 02/06 de 2016 tomou as seguintes decisões:

RESOLUÇÃO Nº 18.816

Processo nº 2011/52213-9

Assunto: Relatório de Monitoramento do Plano de Ação encaminhado pela Companhia de Saneamento do Estado do Pará (COSANPA) decorrente da Auditoria Operacional realizada na Função Meio Ambiente.

Relatora: Conselheira MARIA DE LOURDES LIMA DE OLIVEIRA.
Decisão: RESOLVEM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto da Relatora, com fundamento no art. 1º, inciso IV, da Lei Complementar nº 81/2012:

1) Ratificar o Plano de Ação encaminhado pela Companhia de Saneamento do Estado do Pará (COSANPA), considerando que o órgão auditado cumpriu a determinação imposta na decisão;
2) Determinar que o órgão auditado remeta ao TCE-PA, a cada 6 (seis) meses, relatórios parciais de acompanhamento, contendo o estágio de implementação das determinações e recomendações, bem como, indicação dos servidores que comporão o grupo de trabalho que terá contato com a equipe de Auditoria Operacional;
3) Encaminhar a SECEX - AOP para analisar as documentações constantes às fls. 416/497.

ACÓRDÃO Nº 55.801

Processo nº. 2014/51361-1

Assunto: APOSENTADORIA.

Requerente: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.

Proposta de Decisão: Conselheira Substituta MILENE DIAS DA CUNHA.

Formalizadora da Decisão: Conselheira ROSA EGÍDIA CRISPINO CALHEIROS LOPES (§ 3º do art. 191 do Regimento)

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos da proposta de decisão da Relatora, com fundamento no art. 34, inciso II, parágrafo único, c/c art. 35 da Lei Complementar nº 81, de 26 de abril de 2012, deferir o registro do ato de aposentadoria consubstanciada na PORTARIA Nº 1873, de 13-06-2014, em favor de FERNANDO OLINTO DA SILVA RAIOL, no cargo de Diretor de Secretaria de 2ª Entrância, Classe/Padrão 2ENDS, lotado na Comarca de Vigia de Nazaré.

ACÓRDÃO Nº 55.809

Processo nº. 2014/51879-4

Assunto: APOSENTADORIA.

Requerente: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ.

Relator: Conselheiro ODILON INÁCIO TEIXEIRA

Decisão: ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Relator, com fundamento nos arts. 34, inciso II, e 35 da Lei Complementar nº. 81, de 26 de abril de 2012, registrar o ato de aposentadoria consubstanciada na PORTARIA Nº 3582/2014, de 28/10/2014, em favor de ANTÔNIO VICENTE SOARES, no cargo de Oficial de Justiça do Interior, classe/padrão SJ105, lotado no Fórum da Comarca de São Miguel do Guamá.

RESOLUÇÃO Nº 18.830

Processo nº. 2016/50796-0

Altera a Resolução nº 17.794/2009 que instituiu o Sistema de Planejamento e Gestão, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará e dá outras providências.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,

Considerando o que estabelece a Resolução nº 17.794/09 que regulamentou o processo de planejamento do Tribunal de Contas do Estado do Pará;

Considerando a necessidade de atualização e adequação das normas deste Tribunal para atender as demandas da atualidade e o novo conjunto normativo;

Considerando que a gestão focada em resultados busca maior eficiência da administração pública;

CONSIDERANDO, ainda, a exposição de motivos apresentada pela Presidência constante da Ata nº 5.399, desta data:

RESOLVE,

unanimemente:

Art. 1º. A Resolução nº 17.794, de 10 de dezembro de 2009, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º. Para efeito desta Resolução, entende-se como Sistema de Planejamento e Gestão (SPG) o conjunto articulado de funções, unidades de trabalho e instrumentos que, por meio de processos e procedimentos, vinculados ao conceito de gestão estratégica, orientam-se permanentemente para o desenvolvimento institucional do Tribunal de Contas do Estado do Pará.”

“Art. 3º. São objetivos do SGP:

(...)

V - integrar/articular as ações desenvolvidas pelas unidades de trabalho do TCE.”

“Art. 4º. São funções do Sistema de Planejamento e Gestão (SPG):

I- Planejamento e Programação;

II- Orçamentação;

III- Pesquisa e Informação;

V- Desenvolvimento Organizacional.”

“Art. 6º. O SPG é estruturado em três níveis de atuação:

(...)

§ 1º. No âmbito deliberativo é constituído pelo Tribunal Pleno.

§ 2º. No âmbito de planejamento, coordenação geral e gestão é integrado pela Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica e pelas demais unidades de trabalho do Tribunal de Contas do Estado do Pará.”

“Art. 7º. São instrumentos básicos do Sistema de Planejamento e Gestão do TCE:

I- Plano Estratégico (PE);

II- Plano de Gestão (PG)”

“Art. 9º. (...)

§ 1º. (...)

§ 2º. A apresentação do Plano de Gestão ao Tribunal Pleno acontecerá até 60 (sessenta) dias, a partir do início de cada gestão.”

“Art. 11. O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA), são os instrumentos de planejamento governamental que garantem a execução dos objetivos previstos nos Planos, Estratégico e de Gestão deste Tribunal.”

Art. 2º. Revogam-se as disposições do inciso “IV” do art. 4º e artigos 10 e 12 da Resolução nº 17.794/2009, devendo a mesma ser republicada na íntegra e de forma consolidada com as alterações previstas nesta Resolução.

Art. 3º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO Nº 17.794 (*)

Institui o Sistema de Planejamento e Gestão no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará.

O Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Pará, no uso de suas atribuições constitucionais e legais;

Considerando a necessidade de regulamentar o processo de planejamento do Tribunal de Contas do Estado do Pará;

Considerando as diretrizes emanadas pelo Programa de Modernização do Sistema de Controle Externo dos Estados, Distrito Federal e Municípios Brasileiros (PROMOEX);

Considerando, ainda, a diretriz voltada a ação planejada estabelecida pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);

RESOLVE,

unanimemente:

CAPÍTULO I**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º. Fica instituído o Sistema de Planejamento e Gestão (SPG) no âmbito do Tribunal de Contas do Estado do Pará nos termos constantes desta Resolução.

Art. 2º. Para efeito desta Resolução, entende-se como Sistema de Planejamento e Gestão (SPG) o conjunto articulado de funções, unidades de trabalho e instrumentos que, por meio de processos e procedimentos, vinculados ao conceito de gestão estratégica, orientam-se permanentemente para o desenvolvimento institucional do Tribunal de Contas do Estado do Pará (NR).

(**) artigo com redação alterada pela Resolução nº 18.830 de 21.06.2016

Art. 3º. São objetivos do SPG:

I - instrumentalizar o processo de planejamento;

II - definir as diretrizes, os objetivos e os instrumentos necessários ao desenvolvimento institucional;

III - propor, elaborar, executar, monitorar, avaliar e revisar os planos, programas, orçamentos e projetos;

IV - conferir, às ações do TCE, maior efetividade, eficácia e eficiência;

V - integrar/articular as ações desenvolvidas pelas unidades de trabalho do TCE (NR);

(**) inciso com redação alterada pela Resolução nº 18.830 de 21.06.2016

VI - promover a articulação das ações do TCE com os demais Poderes e órgãos constitucionais independentes.

Art. 4º. São funções do SPG:

I - Planejamento e Programação;

II - Orçamentação;

III - Pesquisa e Informação;

IV - revogado

(**) inciso revogado pela Resolução nº 18.830 de 21.06.2016

V - Desenvolvimento Organizacional.

Art. 5º. O modelo de gestão do SPG para obtenção dos resultados deverá envolver obrigatoriamente as etapas de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e revisão.

CAPÍTULO II**DA ESTRUTURA FUNCIONAL DO SPG**

Art. 6º. O SPG é estruturado em três níveis de atuação:

I - deliberativo;

II - planejamento e coordenação geral;

III - gestão.

§ 1º. No âmbito deliberativo é constituído pelo Tribunal Pleno.

§ 2º. No âmbito de planejamento, coordenação geral e gestão é integrado pela Secretaria de Planejamento e Gestão Estratégica e pelas demais unidades de trabalho do Tribunal de Contas do Estado do Pará.”

(**) §§1º e 2º com redações alteradas pela Resolução nº 18.830 de 21.06.2016

CAPÍTULO III**DOS INSTRUMENTOS BÁSICOS E DE APOIO AO SISTEMA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO**

Art. 7º. São instrumentos básicos do Sistema de Planejamento e Gestão do TCE:

I - Plano Estratégico (PE);

II - Plano de Gestão (PG);

III - revogado

(**) inciso revogado pela Resolução nº 18.830 de 21.06.2016

Art. 8º. O Plano Estratégico é instrumento de planejamento de longo prazo, cabendo-lhe estabelecer os objetivos estratégicos do Tribunal.

§ 1º. O plano contemplará um horizonte temporal de 06 (seis) anos, podendo ser revisto e atualizado a cada 02 (dois) anos.

§ 2º. O plano deve ser aprovado até a penúltima sessão ordinária do Tribunal Pleno, do último ano de vigência do plano anterior.

§ 3º. A revisão que trata o §1º deve ser aprovada até a penúltima sessão ordinária do Tribunal Pleno do 2º (segundo) e do 4º (quarto) ano de vigência do Plano Estratégico, facultada no quarto ano de vigência a aprovação no primeiro semestre.

(**) artigo modificado pela Resolução nº. 18.718 de 08/07/2015.

Art. 9º. O Plano de Gestão é instrumento que contem o programa de trabalho de uma gestão administrativa.

§ 1º. Os Planos de Gestão contemplarão o período de 02 (dois) anos e serão definidos em consonância com o Plano Estratégico.

§ 2º. A apresentação do Plano de Gestão ao Tribunal Pleno acontecerá até 60 (sessenta) dias, a partir do início de cada gestão.

(**) §2º com redação alterada pela Resolução nº 18.830 de 21.06.2016

Art. 10º. revogado